



Curitiba, 7 de janeiro de 202.

NOTA À IMPRENSA

Em 2021, cesta básica aumenta em todas as capitais

Em 2021, o valor da cesta básica aumentou nas 17 capitais onde o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As altas mais expressivas, quando se compara dezembro de 2020 com o mesmo mês de 2021, foram registradas em Curitiba (16,30%), Natal (15,42%), Recife (13,42%), Florianópolis (12,02%) e Campo Grande (11,26%). As menores taxas acumuladas foram as de Brasília (5,03%), Aracaju (5,49%) e Goiânia (5,93%).

Entre novembro e dezembro de 2021, o valor da cesta subiu em oito cidades, com destaque para Salvador (2,43%) e Belo Horizonte (1,71%). A redução mais importante foi registrada em Florianópolis (-2,95%).

Em dezembro de 2021, o maior custo do conjunto de bens alimentícios básicos foi o de São Paulo (R\$ 690,51), depois o de Florianópolis (R\$ 689,56) e, em seguida, o de Porto Alegre (R\$ 682,90). Entre as cidades do Norte e Nordeste, localidades onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram observados em Aracaju (R\$ 478,05), João Pessoa (R\$ 510,82) e Salvador (R\$ 518,21).

Com base na cesta mais cara, que, em dezembro, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em dezembro de 2021, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a **R\$ 5.800,98** ou 5,27 vezes o mínimo de R\$ 1.100,00. Em novembro, o mínimo necessário correspondeu a **R\$ 5.969,17** ou 5,43 vezes o piso vigente. Em dezembro de 2020, o salário mínimo necessário foi de **R\$ 5.304,90**, ou 5,08 vezes o piso em vigor, que equivalia a R\$ 1.045,00.

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – dezembro e ano de 2021

Capital	Variação Anual (%)	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho
Curitiba	16,30	-1,64	628,46	61,77	125h41m
Natal	15,42	1,62	529,54	52,04	105h55m
Recife	13,42	1,46	532,37	52,32	106h28m
Florianópolis	12,02	-2,95	689,56	67,77	137h55m
Campo Grande	11,26	-0,59	641,37	63,03	128h16m
Belém	11,18	1,13	556,87	54,73	111h22m
Porto Alegre	10,92	-0,35	682,90	67,12	136h35m
Vitória	10,28	-0,92	662,01	65,06	132h24m
São Paulo	9,35	-0,25	690,51	67,86	138h06m
Fortaleza	8,24	-0,22	579,06	56,91	115h49m
Salvador	8,17	2,43	518,21	50,93	103h38m
João Pessoa	7,50	0,38	510,82	50,20	102h10m
Rio de Janeiro	7,27	0,10	666,26	65,48	133h15m
Belo Horizonte	6,44	1,71	605,16	59,48	121h02m
Goiânia	5,93	-0,40	597,24	58,70	119h27m
Aracaju	5,49	1,01	478,05	46,98	95h37m
Brasília	5,03	-1,64	621,56	61,09	124h19m

Fonte: DIEESE

Cesta x salário mínimo

Em dezembro de 2021, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi de 119 horas e 53 minutos. Em novembro, a jornada necessária foi calculada em 119 horas e 58 minutos. Em dezembro de 2020, a média foi de 115 horas e 08 minutos.

Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em dezembro de 2021, 58,91% do rendimento para adquirir os mesmos produtos que, em novembro, demandaram 58,95%. Em dezembro de 2020, a média foi de 56,57%.



Comportamento dos preços dos produtos da cesta em 2021¹

Os preços dos alimentos básicos, principalmente os que são *commodities*, seguiram elevados em 2021, por causa da demanda externa aquecida, do dólar em patamar atraente para as exportações e influenciando negativamente os custos de produção (elevando os preços dos insumos) e de problemas climáticos (seca, geada). Por outro lado, outros produtos tiveram redução de preço, uma vez que a economia seguiu em baixa, com poucos empregos gerados, crescimento da informalidade e alto desemprego, o que freou o consumo. Muitos produtores não conseguiram repassar os aumentos para o preço final.

Os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos mostraram que, entre dezembro de 2020 e de 2021, nove produtos tiveram alta acumulada de preços em quase todas as capitais pesquisadas. Foram eles: **carne bovina de primeira, açúcar, óleo de soja, café em pó, tomate, pão francês, manteiga, leite integral longa vida e farinha de trigo**, no Centro-Sul, e **de mandioca**, no Norte e Nordeste. Por outro lado, **batata, arroz agulhinha e feijão** registraram taxas negativas na maior parte das capitais.

Entre dezembro de 2020 e de 2021, a **carne bovina de primeira** variou entre 5,00%, em Aracaju, e 18,76%, em Porto Alegre. Esse resultado deveu-se ao alto volume exportado ao longo de 2021, principalmente para a China. Houve ainda influência da elevação no preço de insumos como milho e soja, que foram direcionados para exportação, e do clima seco, que dificultou as pastagens.

O preço do **açúcar** aumentou em todas as capitais em 2021, com taxas que variaram entre 32,12%, em Fortaleza, e 73,25%, em Curitiba. A baixa oferta interna ocorreu devido ao volume exportado, ao clima seco e às geadas de julho, que fizeram com que o preço do **açúcar** no varejo se mantivesse alto ao longo do ano.

Todas as cidades acumularam alta no preço do **óleo de soja**, entre dezembro de 2020 e de 2021. As maiores taxas foram observadas em Vitória (12,08%), Campo Grande (11,68%), Florianópolis (9,52%) e Goiânia (8,94%). Ao longo do ano, observou-se expressiva demanda por

¹ Fontes de consulta: Cepea - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESALQ/USP, Unifeijão, Conab - Companhia Nacional de Abastecimento, Embrapa, Agrolink, Globo Rural, artigos diversos em jornais e revistas.



soja e por óleo bruto degomado, tanto interna quanto externamente, o que elevou os preços no varejo.

O **café em pó** acumulou aumento em todas as cidades, com variações entre 39,42%, em São Paulo, e 112,44%, em Vitória. Ao longo do ano, a expectativa foi de menor produção mundial. No segundo semestre, a geada e a estiagem prolongada causaram impactos na produção e na safra de 2022 e consequente diminuição da oferta e, por isso, o **café** foi negociado por maior preço no mercado futuro. Também a elevação dos valores do frete internacional provocou dúvidas em relação ao preço futuro. Todos esses fatores deixaram o **café** mais caro no varejo.

O preço do quilo do **tomate** subiu em todas as cidades em 2021, com variações expressivas em Natal (102,29%), Vitória (58,53%), Florianópolis (43,85%), Rio de Janeiro (42,39%) e Belo Horizonte (36,76%). Houve diminuição da área plantada e busca por culturas mais lucrativas, por causa do menor consumo das famílias em 2021.

A **farinha de trigo** aumentou em todas as capitais do Centro-Sul onde é pesquisada. As altas mais expressivas ocorreram em Curitiba (33,82%), Belo Horizonte (25,89%), Vitória (22,50%) e Porto Alegre (17,20%). Baixos estoques de trigo e a desvalorização cambial, que encareceu o estoque importado, elevaram os preços.

No caso da **farinha de mandioca**, pesquisada no Norte e Nordeste, as altas oscilaram entre 0,65%, em João Pessoa, e 13,14%, em Natal. A menor área plantada da mandioca e os impactos do clima reduziram a oferta

O **pão francês** teve o preço aumentado em 16 cidades, com altas que variaram entre 1,42%, em Florianópolis, e 14,14%, em Curitiba. A única taxa negativa foi verificada em Natal (-2,83%). Grande parte da farinha usada na produção do **pão** é importada e as constantes desvalorizações da taxa de câmbio encareceram o insumo. Os reajustes da energia também tiveram impacto no valor final do produto.

O valor da **manteiga** subiu nas 17 capitais, com taxas que oscilaram entre 0,51%, em Belo Horizonte, e 27,03%, em Vitória. O **leite integral** registrou acréscimos em 12 cidades, os maiores observados em Florianópolis (9,52%), Belém (7,54%), Brasília (5,75%), Salvador (5,61%) e Curitiba (5,24%). O clima seco e as geadas de julho prejudicaram as pastagens. O alto volume exportado de milho e soja elevou os valores dos insumos para o produtor. O real desvalorizado diante do dólar impediu as importações de derivados lácteos. No varejo, os



aumentos de preços só não foram maiores por causa da redução da renda e da demanda das famílias.

Na comparação entre dezembro de 2020 e de 2021, o preço médio do quilo da **batata**, pesquisada no Centro-Sul, apresentou queda em todas as localidades, com taxas entre -33,57%, em Belo Horizonte, e -13,36%, em Brasília. Em 2021, aumentou a área plantada do tubérculo. Para a **batata** de mesa, a oferta abasteceu o mercado, principalmente na safra de inverno, o que reduziu os preços.

O preço do **arroz agulhinha** diminuiu em 15 capitais. As taxas mais expressivas foram registradas em São Paulo (-21,00%), Porto Alegre (-20,63%), Belo Horizonte (-19,92%) e Goiânia (-19,01%). Alguns motivos explicam a queda do preço médio do produto: menor demanda interna, em decorrência da queda de renda dos brasileiros e, ainda, a dificuldade de transporte, devido ao aumento do valor do frete internacional, o que elevou os estoques em vários países e reduziu o preço no exterior.

O valor do **feijão** diminuiu em 13 cidades, entre dezembro de 2020 e de 2021. O tipo **carioquinha**, pesquisado no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, em Belo Horizonte e São Paulo, apresentou elevação de preço apenas em Salvador (7,56%) e Campo Grande (3,22%). Nas demais cidades, houve recuo, com taxas que oscilaram entre -11,65%, em Goiânia, e -0,51%, em Recife. Já o **feijão preto**, pesquisado nas capitais do Sul, em Vitória e no Rio de Janeiro, acumulou queda no Rio de Janeiro (-5,64%), em Florianópolis (-2,19%) e Curitiba (-2,06%). Em Porto Alegre (5,87%) e Vitória (5,15%), os percentuais foram positivos. Mesmo caindo na maior parte das cidades, o preço do **feijão** esteve em altos patamares durante o ano, o que reduziu a demanda interna.

Comportamento mensal dos preços dos produtos

Entre novembro e dezembro de 2021, o preço médio do **café em pó**, do **açúcar**, do **óleo de soja** e da **carne bovina de primeira** subiu em quase todas as capitais.

Já o valor médio do **arroz agulhinha** diminuiu em 15 cidades, principalmente por causa da menor demanda. As quedas mais importantes ocorreram em Recife (-8,04%), Porto Alegre (-5,74%) e Belo Horizonte (-4,17%).



O **café em pó** aumentou nas 17 cidades onde a pesquisa é realizada. As taxas oscilaram entre 1,76%, em Porto Alegre, e 25,04%, em Belo Horizonte. Os problemas no clima, a demanda externa e a expectativa de quebra de safra futura foram os fatores responsáveis pela alta no mês.

O preço médio do **açúcar** foi maior em 16 capitais, com destaque para as altas em Belém (9,86%), Salvador (6,74%) e Aracaju (5,19%). A entressafra da cana causou redução na oferta e elevou os preços no varejo.

O **óleo de soja** teve o preço elevado em 16 capitais. As altas mais expressivas ocorreram em Belém (3,92%), São Paulo (3,75%), Salvador (2,88%), Natal (2,68%) e Florianópolis (2,10%). A valorização do dólar em relação ao real elevou os preços da soja no Brasil e, somada à demanda externa crescente pelo grão e pelo **óleo**, aumentou as cotações do **óleo** de cozinha no varejo.

Os motivos do aumento do preço médio da **carne bovina de primeira** em 15 capitais foram a queda da sanção chinesa à **carne** brasileira e a retomada das exportações. Além disso, o período de entressafra reduziu a quantidade de boi para abate. As maiores taxas foram registradas em Goiânia (2,83%), Fortaleza (2,72%), Salvador (2,13%) e Rio de Janeiro (2,05%).



CURITIBA

Em 2021, a cesta básica na capital paranaense apresentou alta de 16,30% na comparação de dezembro de 2020 com dezembro de 2021; e custou R\$ 628,46, o 11º maior valor entre as 17 cidades onde o DIEESE realiza a pesquisa. Entre novembro e dezembro, os preços dos gêneros alimentícios tiveram redução de -1,64%.

Em 2021, 11 produtos tiveram alta acumulada de preço, sendo que os maiores aumentos foram registrados no **café** (76,63%), **açúcar refinado** (73,25%), **tomate** (35,46%), **farinha de trigo** (33,82%), **carne bovina de primeira** (18,02%) e **pão francês** (14,14%). Já as reduções ocorreram na **batata** (-18,16%) e no **feijão preto** (-2,06%).

Entre novembro e dezembro, houve redução do preço médio da **batata** (-24,37%), **tomate** (-21,51%), **arroz parboilizado** (-2,04%), **manteiga** (-1,96%) e do **leite integral** (-0,45%). Os produtos com elevações foram: **banana** (12,71%), **café** (9,65%), **açúcar refinado** (3,69%), **farinha de trigo** (2,78%), **pão francês** (1,92%), **óleo de soja** (1,91%), **carne bovina de primeira** (1,67%) e **feijão preto** (0,57%).

Em dezembro de 2021, o trabalhador curitibano remunerado pelo salário mínimo comprometeu 125 horas e 41 minutos da jornada mensal para adquirir os gêneros essenciais, semelhante ao registrado em novembro de 2021, 127 horas e 47 minutos. Em dezembro de 2020, o tempo comprometido foi de 113 horas e 46 minutos.

Quando comparados o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, a relação foi de 61,77%, em dezembro, e 62,80%, em novembro de 2021. Em dezembro de 2020, o percentual era de 55,90%.

O valor médio da cesta básica curitibana em 2021 foi de R\$ 604,93 o que correspondeu a um aumento de 19,42% em relação a 2020 (R\$ 506,58). A jornada média de um trabalhador remunerado pelo salário mínimo para a aquisição dos produtos foi de 120 horas e 59 minutos, maior que a registrada em 2020, quando ficou em 106 horas e 42 minutos. Já o percentual do salário mínimo total empenhado com a compra da cesta paulistana foi de 54,99%, em 2021, e de 58,50%, em 2020 (Tabela 2).

TABELA 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Comprometimento médio anual do salário mínimo total e jornada média anual necessária
para aquisição da cesta básica média anual
Município de Curitiba – 1983 a 2021

Ano	Cesta Básica x Salário Mínimo em %	Jornada de Trabalho Necessária	Ano	Cesta Básica x Salário Mínimo em %	Jornada de Trabalho Necessária
1983 (1)	73,14	179h01min	2003	68,98	151h46min
1984	74,80	182h49min	2004	63,90	140h35min
1985	72,37	179h37min	2005	58,38	128h26min
1986	74,91	181h22min	2006	48,67	107h05min
1987	86,72	208h54min	2007	47,23	103h55min
1988	78,87	173h53min	2008	53,34	117h21min
1989	78,17	170h15min	2009	46,82	103h00min
1990	96,71	209h06min	2010	44,50	94h54min
1991 (2)	71,74	155h56min	2011	41,24	99h10min
1992	81,89	178h45min	2012	42,46	93h25min
1993	74,40	167h02min	2013	43,06	94h43min
1994	95,43	209h56min	2014	43,61	95h56min
1995	93,70	210h43min	2015 (3)	45,47	100h02min
1996	83,96	184h42min	2016	46,93	103h14min
1997	79,48	175h04min	2017	41,64	91h36min
1998	78,58	172h49min	2018	42,00	92h24min
1999	73,51	165h17min	2019	43,62	95h57min
2000	73,20	161h07min	2020	48,50	106h42min
2001	70,58	155h16min	2021	54,99	120h59min
2002	67,65	148h49min			

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Julho a Dezembro.

(2) Comprometimento em relação ao salário mínimo com abono, sem abono o comprometimento é de 86,90%.

(3) Percentual e Jornada que consideram a série de dezembro recalculada pela mudança metodológica.

Na série antiga, o percentual foi de 45,43% e a jornada de 99 horas e 56 minutos